



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

**O Ensino religioso e o Projeto político pedagógico:
análise de duas escolas públicas do Distrito Federal.**

RENATO MANESCHY CARVALHO

BRASÍLIA-DF

2014



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

**O Ensino religioso e o Projeto político pedagógico:
análise de duas escolas públicas do Distrito Federal.**

Trabalho Final de Conclusão de curso
apresentado, como requisito parcial para a
obtenção do título de Licenciado em
Pedagogia, à banca examinadora da
Faculdade de Educação da Universidade de
Brasília, sob a orientação da Professora Dra.
Catarina de Almeida Santos.

BRASÍLIA-DF
2014

Dedico este trabalho a todos os homens e
mulheres que acreditam na educação.

AGRADECIMENTOS

Ao Deus por ter me dado força e saúde para superar dificuldades;

A todos os meus familiares que ajudaram para conclusão do meu Curso de Pedagogia, principalmente aos meus pais por te investido na minha educação, a minha irmã Caroline pelo incentivo, aos meus avos pelo carinho, a minha companheira Rafaella pelo conforto e motivação diária.

A todos os professores da Universidade, em especial a Professora Dr.^a Catarina de Almeida Santos, Dr.^a Danielle Xabregas Pamplona Nogueira e ao Professor Dr. Paulo Ramos Coelho Filho, pelo tempo dedicado ao meu estudo.

Agradeço aos meus amigos de curso que juntos acreditamos numa educação melhor para o nosso País.

Aos meus alunos do estágio, sem eles não conseguiria terminar este curso.

Obrigado.

“Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar.” Nelson Mandela.

Resumo

Esta pesquisa se dedica a analisar como o ensino religioso é abordado no projeto político pedagógico de duas escolas do Distrito Federal. Para isso, foi feita uma análise histórica a respeito da constituição do ensino religioso na educação brasileira. Foi discutido desde a colonização até a atualidade, trazendo inclusive a concepção do ensino religioso em outros países. Após foi verificado através dos PPPs, de que maneira essas escolas planejam trabalhar essa disciplina, qual a visão e influência de cada uma delas a respeito do ensino religioso.

Verificou-se que o ensino religioso pode ser um aliado da escola ao se trabalhar a diversidade cultural, o respeito ao próximo, o respeito às diferenças. Para isso, é importante a capacitação dos professores, para o entendimento de que é necessário uma neutralidade no sentido de não querer impor sua opção religiosa ao aluno. É importante respeitar a opção religiosa de cada aluno, valorizando a diversidade presente na sala de aula.

Ao analisar os dois projetos político-pedagógico das escolas escolhidas, foi observado a ausência do Ensino Religioso em suas propostas e projetos. Porém, percebemos que nas dificuldades apontadas e nos projetos descritos seria interessante o envolvimento do ensino religioso como um complemento para se alcançar os objetivos.

Palavras- Chave: Ensino Religioso; Educação; Projeto político pedagógico.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

PCNs- Parâmetros Curriculares Nacionais

DCN- Diretrizes Curriculares Nacionais

PPP- Projeto Político Pedagógico

E.R- Ensino Religioso

UNESCO- Organização das Nações Unidas para Educação e Ciência e a Cultura

CEDIV- Coordenação de Educação em Diversidade

GREB- Gerência da Educação Básica

SEDF- Secretária de Estado de Educação do Distrito Federal

CAIC - Carlos Castello Branco

Sumário

Parte 1 – Memorial.....	10
Memorial.....	11
Parte 2 – Monografia.....	14
Introdução.....	15
1. Objetivo geral.....	15
1.1Objetivos específicos.....	15
2. Abordagem da Pesquisa.....	16
2.1 Escolas Pesquisadas.....	16
2.2 Análise do Projeto Político Pedagógico.....	17
2.3 Justificativa.....	18
Capítulo 1- Ensino Religioso na Formação Humana.....	20
Capítulo 2- Ensino Religioso na História do Brasil.....	32
Capítulos 3- Ensino Religioso nos Projetos Político- Pedagógicos das Escolas Pesquisadas.....	47
Considerações Finais.....	54
Perspectivas Futuras.....	55
Referência.....	57

PARTE 1
MEMORIAL

Memorial

Nunca pensei em fazer o curso de pedagogia. Não tenho parentes que fizeram o curso de pedagogia. Não tive uma razão específica para fazer o curso, talvez uma pequena, de sentir o gosto de estudar na Universidade de Brasília. Apenas escolhi o curso de pedagogia entre tantas opções de cursos que a universidade oferecia. Naquele momento estava no 5º semestre do curso de Direito de uma universidade particular de Brasília, já estava “encaminhado” na minha vida acadêmica.

Quando fiz o vestibular, não contei para ninguém da minha família, talvez para não gerar expectativas, ou aspectos de reprovação, sabia que não iria agradar a opinião de algumas pessoas, mas resolvi fazer. No dia da prova, contei apenas para meus pais e para minha irmã que iria fazer uma prova, mas não falei do que se tratava e muito menos do que era, apenas fui fazer uma prova rápida.

Não criei muitas expectativas em passar no vestibular, pois não tinha estudado para esta prova, mais para minha surpresa, vi o meu nome na lista dos aprovados na primeira chamada do curso, confesso que fiquei muito contente com a minha aprovação. A partir daí surgiu um dilema: Como vou contar para minha família que irei estudar na UNB, no curso de pedagogia-noturno? Apenas informei de forma direta e objetiva. “Fiz o vestibular para pedagogia e fui aprovado, no começo do semestre vou começar a estudar”.

A reação da minha família foi de vários aspectos: Alegria, espanto, indignação, surpresa e até comentários de várias naturezas: “Por que, escolheu este curso?”, “Você não vai largar o curso de direito?” “É isso aí, faça o curso!”. Confesso que alguns comentários me fez pensar e repensar. “Será que eu quero isso mesmo da minha vida? Será que tem alguma razão em estar para estudar lá?”. Fechei ouvidos aos comentários e fui fazer o curso.

Cheguei à Universidade de Brasília ansioso e logo no início, na primeira semana de aula, teve uma greve, talvez uma das mais longas da história da universidade. Esses dias de greve me deu “fôlego” para terminar o 5º semestre do curso de direito, e pensei, “Vai ser complicado estudar em duas

faculdades ao mesmo tempo, vou fazer até o meu limite. Se tiver algum problema, tranco alguma faculdade e retorno quando tiver mais tempo livre.”.

Voltamos da greve, e descobri que estava numa turma maravilhosa, com pessoas animadas e divertidas, ao contrário do meu curso de direito, onde as pessoas são mais sérias e caladas. Percebi que tinha pessoas na mesma situação que a minha, cursando dois cursos superiores, vi pessoas que estava ali por ter escolhido o curso mais “fácil” para passar, percebi que tinham pessoas apaixonadas pelo curso que escolheram e que era esse o caminho que queriam prosseguir. Com essa diversidade de pessoas, tinha a certeza que o meu segundo curso não seria tão ruim assim.

Na universidade, conheci a Rafaella, minha companheira, sem a ajuda dela, não teria terminado o curso. Foi a pessoa mais importante nessa minha “caminhada”, com ela aprendi a ver a pedagogia de outros aspectos, talvez pelo fato dela ser apaixonada pelo curso, sempre teve a certeza de que era aquilo que ela queria da vida, e sem dúvidas, ela foi à pessoa que me fez ver e vivenciar “a pedagogia” de outra forma, diferente do que eu via antes.

Fiz estágio em duas escolas públicas de Brasília, a primeira no EJA, a segunda numa escola classe. Minha experiência nas duas escolas foi muito boa, com alguns pequenos problemas, porém foram boas.

A escola de EJA tinha muitos jovens e adultos desde as séries iniciais, até as séries finais do ensino médio. No momento em que eu estava estagiando, se passava a época da páscoa. Num certo momento a aula foi interrompida para ter uma “palestra” para todos os alunos de todas as séries, no auditório da escola. A palestra tinha como tema: “O verdadeiro significado da páscoa.” Confesso que não gostei de como foi abordado à páscoa. Fui criado nos princípios cristãos, e não tenho muito estudo profundo sobre o tema, mais eu digo com toda a certeza, que aquela palestra poderia ser qualquer coisa, menos “O verdadeiro significado da páscoa.”

Perguntei para a professora que me estava orientando se na escola, aquelas palestras eram frequentes? Ela me disse que não, só em datas especiais cristãs, logo em seguida eu perguntei, e como que a escola se comporta para alunos não cristãos? Ela me respondeu, não assistem à palestra, vão embora para casa. Terminei a primeira fase do estágio, com essa dúvida.

Na segunda fase do estágio, fui para uma escola classe. Lá estagiei com alunos de idades diferentes, desde a educação infantil, faixa etária de 4 anos, até o 3º ano da educação básica, com idade de 10 anos.

E foi na turma do 3º ano, que um aluno me chamou a atenção. Ele era considerado o “aluno problema”, problema por que, ele não seguia as normas e regras de uma convivência escolar, porém suas notas eram muito boas, talvez a melhor da turma dele. Não entendia como um aluno tão rebelde em seguir normas poderia ser um aluno tão bom nas provas, logo perguntei para professora, “Qual é o motivo que o aluno leva a não conseguir respeitar as normas e regras da escola”. Ela rapidamente me respondeu: “Por que ele não tem Deus no coração, ele é assim, ele não tem religião, não respeita nada.”

A partir desse momento comecei a analisar como era a prática pedagógica dessa profissional e como era a relação com esse aluno, observei como a escola se manifestava em relação ao problema. Comecei a lembrar de tudo o que eu tinha estudado nas duas universidades e logo me veio uma série de questionamentos e dúvidas, despertei o interesse pelo tema. Como é tratada a matéria do Ensino religioso na educação das escolas de Brasília.

Na minha “caminhada” tive que trancar meu curso de direito, tive outras dificuldades no curso, mais não me fizeram parar. Acredito que a educação precisa de profissionais apaixonados e que cada profissional desse deve ser reconhecido. Acredito que posso fazer uma pequena diferença na minha escolha, e é com esse sentimento de “diferença” que chego ao final do curso.

Parte 2

Monografia

Introdução

A temática do ensino religioso está presente desde o começo da história da educação no Brasil. Com a chegada dos portugueses ao Brasil, eles trouxeram consigo sua religião, tendo como vista educar aquele povo primitivo que já estava nesse território antes de sua chegada, porém essa força não ficou restrita aos primitivos, mais a toda população da região.

No período republicano brasileiro ocorre a primeira ruptura com a Igreja Católica Romana, assim o ensino religioso seria ministrado em estabelecimentos específicos. Essa ruptura foi intensificada com o movimento dos pioneiros da educação nova, com ideais de liberdade religiosa, onde o Estado teria que ter um ensino laico em escolas públicas, onde o educando podia livremente optar em assistir aula de uma determinada doutrina religiosa ou não.

Ocorreram muitas modificações nas leis até os dias atuais, muitas mudanças significativas e relevantes que, por vezes, não forem aplicadas na sociedade, talvez por uma resistência de determinados grupos, para que a escola e sociedade não mudem e perca suas tradições. Nesse sentido, esse trabalho versa sobre como essa questão é abordada nos documentos oficiais norteiam e regulamentam a educação no Brasil, além de buscar compreender como o ensino religioso é abordado nos projetos político-pedagógico de duas escolas do Distrito Federal.

1 - OBJETIVO GERAL

Analisar como o ensino religioso é abordado nos projetos político-pedagógicos de duas escolas públicas do Distrito Federal.

1.1- OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Conhecer a história da disciplina de ensino religioso nas escolas públicas do Distrito Federal.
- Definir a disciplina de ensino religioso a partir de um contexto histórico.
- Analisar os impactos do ensino religioso como disciplina obrigatória na relação de ensino e aprendizagem dos alunos.

- Definir como o ensino religioso deve ser trabalhado nas escolas públicas.
- Analisar o que os documentos (PPP, lei, diretrizes, currículos...) dizem a respeito da disciplina de ensino religioso.
- Verificar em qual momento histórico surgem leis referentes ao ensino religioso como disciplina.
- Analisar documentos que norteiam a maneira de como o ensino religioso deve ser trabalhado no ensino fundamental das escolas do Distrito Federal.
- Verificar como o ensino religioso aparece no projeto político-pedagógico de duas escolas públicas do Distrito Federal

2- Abordagem da pesquisa.

De acordo com Gonsalves (2011) a investigação científica é a busca pelo desconhecido, é preciso traçar esse caminho para que se alcance o objetivo ou para que se encontre aquilo que está sendo procurado. Ou seja, “A compreensão mais corrente entre os pesquisadores é a de que, na investigação científica, deve-se percorrer um caminho que exija um esforço na descoberta da “coisa em si”, que é o desconhecido.” (GONSALVES, 2011 p. 49). Assim também autora define que “o percurso metodológico se refere ao caminho trilhado para que você atinja os objetivos que definiu.” Gonsalves (2011, Conversas sobre iniciação à Pesquisa Científica, p 63).

Como o tema da pesquisa tem como característica um desenvolvimento e a comunicação da ideia optou-se por uma pesquisa exploratória, onde esse tipo de pesquisa dá suporte para a realização de outros estudos sobre o tema. O procedimento de coleta das informações analisadas na pesquisa foi documental e bibliográfica, pois através desses documentos conseguimos compreender como está sendo tratado o tema de forma de orientação sobre o assunto.

2.1 Escolas Pesquisadas.

A escola Carlos Castello Branco - CAIC localizada na região administrativa do Gama, atualmente recebe 729 alunos, distribuídos em turmas

de maternal I e II e ensino fundamental séries iniciais do 1º ano à 4ª série, com 04 turmas de integração intensiva e com 3 turmas reduzidas com alunos hiperativos, 1 sala de recursos (Ensino especial.) Na sua Proposta política pedagógica tem como missão uma perspectiva de construção de cidadania e educar para a valorização da cultura, proporcionando às crianças pertencentes aos diferentes grupos sociais o acesso ao saber de qualidade e um saber para vida.

Já a segunda escola, a Escola Classe 308 sul, localizada em Brasília, recebe atualmente aproximadamente por 300 alunos, oriundos de Brasília, e das outras regiões administrativas do Distrito Federal. As vagas nesta escola são disponibilizadas, prioritariamente, aos alunos de origem da Educação infantil: do Jardim de infância da 308 sul, localizada na mesma quadra da escola. As vagas remanescentes ficam a disposição da comunidade, por meio da secretaria escolar. A escola atende o ensino fundamental de 1º a 5º série, sendo uma escola inclusiva para alunos com deficiências intelectuais e síndrome de Down, deficiências físicas, deficiências auditivas, portadores de déficit de atenção e portadores de déficit de atenção com hiperatividade.

2.2 Análise do Projeto político pedagógico das escolas.

Foram analisados os dois projetos políticos pedagógicos das escolas CAIC e Escola Classe 308 sul. Ambas apresentaram semelhanças ao citar temas como respeito, a valorização da diferença, respeito ao próximo e desenvolvimento da solidariedade, mesmo tendo suas diferenças e singularidades de acordo com a realidade que elas vivenciam.

Porém as duas escolas apresentaram projetos muito parecidos como a festa junina e o natal. Dois projetos que tem a sua origem de cunho religioso, sua origem no cristianismo. Está é uma característica muito presente em várias escolas públicas do Distrito Federal. Devemos incluir ou apresentar outras festas de outras origens, não ficar restritos apenas a festas cristãs.

Essas festas diferentes das cristãs poderiam ser apresentadas, assim incentivando ao diálogo, respeito, convivência e principalmente a paz entre outras culturas e religiões, assim a escola sendo um local democrático e incentivando o convívio de paz.

Justificativa

O interesse pelo tema surgiu durante os estágios obrigatórios do curso de pedagogia. No primeiro estágio, feito na modalidade de EJA no noturno, houve uma situação em que ocasionou o primeiro questionamento. Estava no período da páscoa, a professora disse aos alunos que a escola estava proporcionando uma palestra em que seria explicado o verdadeiro sentido da páscoa. Por curiosidade perguntei à professora como tinham conseguido essa palestra, ela então disse que a iniciativa tinha sido dela própria. Todo ano ela pedia para pessoas da igreja que frequentava que fossem à escola palestrar para os alunos. Na palestra eles explicaram sobre a necessidade de todos os seres humanos aceitarem a Jesus como um requisito para a salvação. Ao final da palestra fizeram uma oração e então perguntaram quem ali gostariam de aceitar a Jesus. Nota-se aqui que houve uma evangelização e não uma palestra como a professora havia anunciado aos alunos.

O segundo estágio obrigatório foi feito numa escola de ensino fundamental, com alunos em idade regular. Um aluno me chamou atenção por ser taxado como problemático. Percebi que ele sabia o conteúdo, então perguntei a professora qual seria a hipótese dela sobre o comportamento desse aluno e como ela trabalhava com ele. Surpreendentemente, a professora respondeu que o aluno era assim porque ele não tinha Deus, nem a sua família. Também afirmou que não há nada que ela poderia fazer para que o menino mudasse seu comportamento, a única solução era que ele permitisse que Deus entrasse em sua vida. Foi nesse momento que decidi estudar a respeito do ensino religioso nas escolas públicas do Distrito Federal.

Ao pesquisar sobre o tema percebi a importância que o ensino religioso tem nas escolas. Também a respeito das divergências sobre a continuidade da

obrigatoriedade da oferta de ensino religioso nas escolas públicas. No entanto, se trabalhado de maneira correta, essa disciplina tem a capacidade de trazer benefícios para os alunos. Para isso é preciso repensar sobre a maneira como está sendo trabalhada nas escolas públicas, sobre a capacitação dos profissionais que a ministram, sobre as rotinas da escola em volta da religião.

O estudo do ensino religioso torna-se relevante em razão da importância e influência dessa disciplina para os alunos historicamente e atual. Além disso, a sua importância passa despercebida pela sociedade em razão da sua facultatividade de matrícula e por uma construção cultural. Há necessidade de mais pesquisas sobre o tema relacionado a utilidade prática e real nas escolas públicas, e a sua influência direta e indireta na relação de ensino-aprendizagem.

CAPITULO I -

ENSINO RELIGIOSO NA FORMAÇÃO HUMANA

Antes de analisarmos o Ensino Religioso nas escolas do Distrito Federal, é importante discutirmos a respeito da religião na concepção da formação do ser humano historicamente. A religião historicamente marca áreas na História mundial, influenciando na forma de vida, na política, logo na educação também.

O filósofo Cícero define a religião como um conjunto de crenças e práticas pertencentes a uma sociedade humana, com o objetivo de honrar seus deuses.

Este filósofo propôs que “RELIGIO” trata do culto aos deuses, segundo os costumes dos ancestrais, e que a melhor religião é a mais antiga porque está mais próxima dos deuses, é o conjunto de crenças e práticas tradicionais próprias a uma sociedade humana particular, que assim honra seus deuses e merece o respeito das demais comunidades. (JUNQUEIRA, 2008, p.20)

Nota-se que o filósofo chama a atenção para a diversidade das religiões em cada comunidade. Também a importância de se respeitar essa diversidade. É importante ressaltarmos que essa diversidade está presente na atualidade, e que a encontramos na escola, que é preciso saber lidar, e respeitar a crença de cada um.

Compreendeu-se muito bem que esse termo “RELIGIO” poderia significar realidades religiosas bastante diferentes, mas qualificava sistemas coerentes de crenças e práticas enraizadas na cultura particular de um povo. Este sentido foi aquele que Durkheim há de retomar, dezoito séculos mais tarde, ao definir religião, na qualidade de sociólogo, como um sistema solidário de crenças e práticas relativas a coisas sagradas. (JUNQUEIRA, 2008, p.20)

Sendo assim, não podemos descartar a importância da religião na concepção do ser humano, e ainda hoje sua influência é muito marcante. Historicamente ela serviu como uma explicação da existência e do futuro da

humanidade. Dessa maneira a religião servia como um modelo de conduta, com orientações de como agir.

É por meio da religião que o homem se define no mundo e para com seus semelhantes. É a religião que empresta um sentido e constitui para seus fiéis uma fonte real de informações. Ela funciona como um modelo para o mundo, pois para os crentes a religião orienta as ações e apresenta explicações a questões vitais (De onde vim: Para onde vou? Qual o sentido da existência?), ela fornece respostas também às três ameaças que pesam sobre toda a vida humana: o sofrimento, a ignorância e a injustiça. (JUNQUEIRA, 2008, p.20)

Assim, a religião historicamente marcou a vida da humanidade numa tentativa de se ter respostas sobre si mesmo e sobre aquilo que acontecia a sua volta. Segundo Junqueira (2008), podemos dizer que a religião esteve presente de maneira natural, como uma conduta instintiva, perpassando todos os tempos.

A religião pode ser considerada uma conduta instintiva, característica do homem, cujas manifestações são observadas em todos os tempos e culturas, a partir da busca da compreensão de si mesmo e do mundo, da consideração em relação aos fatos inconsoláveis e desconhecidos. (JUNQUEIRA, 2008, p. 20)

A religião é um acontecimento ou um fato marcante de uma determinada sociedade ou pode definir como uma “característica de uma sociedade” (SOUZA, 2013, p.25). Sua cultura e o modo como lida com os fatos naturais da vida, influencia uma comunidade ou um grupo de pessoas no seu modo de pensar, agir e refletir sobre o mundo, tornando assim uma identidade cultural daquele grupo de pessoas ligado a uma determinada religião.

Como a religião é uma característica de uma sociedade, logo ela não estaria fora do ambiente escolar, pois os alunos, pais e professores levam consigo, todo esse pensamento e características de “crenças, ideias, e atitudes baseadas em convicções religiosas.” (SOUZA, 2013, p.26).

O fenômeno religioso é uma característica marcante da vida em sociedade. Uma vez presente na vida social, ele também atinge o ambiente escolar. Na sala de aula encontramos comportamentos, crenças, ideias e atitudes baseadas em convicções religiosas. A comunidade escolar também reúne crenças diferentes. A formação do cidadão realizada na escola deve favorecer a convivência e a paz entre as pessoas que comungam de crenças religiosas divergentes. A ausência de uma atitude de respeito e tolerância para com a diversidade religiosa presente na escola pode levar à disseminação de preconceitos e discriminações. (SOUZA, 2013, p.26)

Sabendo que a religião está presente na vida da sociedade, e de forma diversa em cada comunidade, inclusive dentro das escolas, o Ensino Religioso pode contribuir para o respeito à diversidade. Assim, é possível trabalharmos os conflitos religiosos de maneira a superá-los.

A força ética das religiões pode contribuir para a formação de uma cultura de paz e tolerância entre os seres humanos. O Ensino Religioso, como disciplina escolar, pode promover o respeito entre as pessoas, fomentando a convivência harmoniosa entre pessoas que possuem convicções religiosas diferenciadas. (SOUZA 2013, p.26)

Nessa lógica, Souza afirma que a escola pode proporcionar aos educandos o respeito à liberdade religiosa. No entanto, para isso, é preciso que os professores sejam qualificados para saber lidar com a diferença e valorizar a diversidade e pluralidade de expressões religiosas em todas as áreas.

O Ensino Religioso, a partir de suas novas diretrizes legais, segue uma perspectiva que privilegia mais a diversidade e a pluralidade de expressões religiosas. Seguindo esse princípio, o respeito pela liberdade religiosa de cada educando pode ser proporcionado pela escola através de educadores treinados adequadamente, promovendo assim a consolidação para qualquer Governo, baseando-se em seu sistema ou na ideologia que o inspire. (SOUZA, 2013, p.31)

Ou seja, o professor não deve incentivar o aluno a duvidar ou deixar sua crença. Isso porque tal crença faz parte daquele indivíduo, é ela que o ajuda na compreensão do mundo e de si mesmo, e por isso deve ser valorizado. A diversidade nas salas de aula revela que cada indivíduo tem sua crença, logo sua forma de compreensão, cabendo ao professor estar qualificado para lidar com essa diferença, e valorizar a crença de cada um e não privilegiando a sua religião ou grupo de religiões.

O Ensino Religioso faz parte da cidadania, o que implica que mesmo diante da negação da religiosidade humana é necessário buscar compreender o outro, estando disponível para preparar o indivíduo para manter a sua religião. (SOUZA, 2013, p.31)

O direito de expressar-se de forma diferente está garantido na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). É preciso que esse direito seja garantido nas escolas, os educandos devem ter direito de expressar e defender suas diferenças, de maneira que respeitem também a diferença do outro. Isso vale para a religião, o Ensino Religioso pode ser utilizado como uma forma de proporcionar o respeito a essa diversidade.

Uma das conquistas na contemporaneidade foi o direito da cidadania proposto na carta dos Direitos dos Homens e dos Cidadãos elaborada na Assembleia Nacional Francesa (1789). Posteriormente, esta concepção foi resgatada pelas nações modernas na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), pela qual cada cidadão tem o direito de expressar-se diferentemente, portanto, o pluralismo na sociedade não é um problema, mas um contínuo aprender a viver. (JUNQUEIRA, 2002, p.19. *apud* SOUZA, 2013, p.32)

Sendo assim, Souza afirma que todo cidadão tem então o direito de praticar sua religião, inclusive dentro do espaço escolar. Por isso a importância do fenômeno religioso para a compreensão da realidade social.

O estudo da religião se torna uma via indispensável na tarefa urgente de educar para a convivência universal, e mais, para a sobrevivência humana e ecológica em tempos de crise planetária. O conhecimento das alteridades religiosas é um objetivo educacional sem o qual não se podem conhecer verdadeiramente as particularidades e a totalidade que compõem nossa vida sempre mais globalizada e, com maior razão, a lógica religiosa inerente a muitos conflitos mundiais em franco curso ou, clinicamente, anunciados por certos blocos de poder. (PASSOS, 2007, p.125 *apud* SOUZA, 2013, p. 32)

A escola não pode desvalorizar a diversidade, pois dessa maneira estaria desvalorizando um patrimônio humano. Isso porque todo conhecimento produzido pela sociedade é tido como patrimônio, mesmo que não agrade a todos. A escola deve então valorizar, respeitar e preservar as diferenças.

Um conhecimento político ou religioso pode não interessar a um grupo, mas, uma vez produzido, é patrimônio humano e como tal deve estar disponível. O conhecimento religioso é um conhecimento disponível e, por isso, a Escola não pode recusar-se a socializá-lo. Por questões éticas e religiosas, e pela própria natureza da Escola, não é função dela propor aos educandos a adesão e vivência desses conhecimentos, enquanto princípios de conduta religiosa e

confessional, já que esses são sempre propriedade de uma determinada religião (FONAPER, 1997, p.22 *apud* SOUZA, 2013, p.33)

O Ensino Religioso deve se basear no que discutimos até então. Segundo Souza deve basear-se no respeito à diferença.

Toda a proposta para o trabalho realizado no Ensino Religioso está baseada no respeito à diferença. O outro é sempre o diferente; sua história é diferente. Sua vida e o modo de enxergá-la é diverso. Suas manifestações culturais são diferentes e, se, pré, muito bonitas, se pensadas na prerrogativa da diferença cultural. Assim, sua religiosidade se manifesta diferentemente e isto não deveria ser motivo de surpresa. Esta é a razão que justifica um Ensino Religioso que se pauta pela perspectiva da ciência da religião. (MENEGETTI, 2002, P.53 *apud* SOUZA, 2013, p.33)

Souza cita Paulo Freire para reforçar essa ideia. Afirma que o ser humano quando oprimido busca maneira de construir sua própria existência, o que é influenciado pela sua realidade e o contexto onde está inserido. Como vimos acima, a religião é uma maneira de se buscar essa construção, e ela sempre será influenciada pela realidade e contexto de cada educando.

A educação, segundo a concepção de Paulo Freire, busca promover condições para que o ser humano supere as limitações próprias de sua condição de oprimido. O reconhecimento de que o ser humano não está pronto e se sabe assim, faz com que este busque formas para construir sua própria existência. Esta busca, para que seja legítima, deve partir do sujeito em sua própria iniciativa, levando em conta a sua realidade e seu contexto existencial. (SOUZA, 2013, p.34)

De acordo com Souza, ao se falar de Ensino Religioso refere-se a uma ética de respeito ao outro, do diálogo. Assim devem-se ensinar os educandos a lidar com os conflitos religiosos, de forma a superá-los com novas sínteses e perspectivas fecundas.

Há grande preocupação em estabelecer a identidade do ensino religioso escolar, distinto da catequese, principalmente nas escolas da rede oficial, frente ao pluralismo de crenças dos alunos/as, das

famílias e dos professores/as. Nota-se também uma busca de precisão nos seus objetivos, métodos, conteúdos e linguagem que permitam um referencial básico a fim de que os temas não sejam apresentados de forma vaga, neutra, imprecisa ou confusa, sob pretexto de atender à pluralidade de religiões dos educandos/as.”(CNBB, 1992, nº.42 *apud*, SOUZA, 2013, P.38).

Souza afirma que essa preocupação se refere principalmente às escolas públicas, pesquisas realizadas apontam que as práticas nessas escolas se distanciam cada vez mais da catequese. Até porque seria uma transgressão da lei, que proíbe o proselitismo religioso na escola pública. (SOUZA, 2013, p.38)

Cunha apresentou o status do ensino religioso de cinco países no artigo Ensino Religioso nas Escolas Públicas: A Propósito de um Seminário Internacional. Escolheu esses países a partir do seminário Éducation, Religion, Laïcité realizado em 2005. O autor escolheu os que considerou mais interessantes, quais sejam a França, Alemanha, Itália, Grã-Bretanha e Estados Unidos.

Cunha relata que na França a laicidade escolar só vingou em 1882, através de uma lei que proibiu o ensino religioso nas escolas públicas, além da presença de símbolo religioso nesses estabelecimentos. “A lei de 1882 previa, também, que as escolas primárias não tivessem aula nas quintas-feiras (depois de 1972, nas quartas), de modo que os alunos pudessem ter ensino religioso nas paróquias, se quisessem.” (CUNHA, 2006, p.1238)

De acordo com Cunha, durante décadas o ensino religioso foi substituído por uma disciplina que tinha como conteúdo a moral laica, que no final de 1960 passou a ser ensino de Filosofia. Atualmente é tratado como um fato religioso, como um objeto científico.

O fato religioso é um objeto do conhecimento científico, portanto um fenômeno objetivamente observável, mediante o emprego do método científico. As religiões são, assim, apreendidas como fatos sociais, políticos, culturais, mentais e civilizatórios- históricos o que quer dizer que são produto da vida humana em sociedade. No currículo escolar Francês, é na disciplina História que o fato religioso é tratado. (CUNHA, 2006, p.1242)

Cunha diz que na Alemanha, o ensino religioso é obrigatório nas escolas públicas. Porém, há o direito a dispensa, devendo ser inseridas outras atividades para os educandos.

O armistício entre católicos e protestantes, ao fim das guerras de religião do século XVII, fundamenta até hoje, o ensino religioso nas escolas públicas alemãs, com o acréscimo do disposto pela Constituição federal de 1949. Esta determina que o ensino religioso seja obrigatório nas escolas públicas, prevendo a dispensa, caso em que atividades alternativas devem ser oferecidas aos alunos. (CUNHA, 2006, p.1243.)

Além de ser obrigatório, não são os professores ou a escola quem elabora o currículo do Ensino Religioso. “Os programas do ensino religioso nas escolas públicas são elaborados pelas sociedades religiosas- protestantes, católico e judaica. Mais raramente, a Igreja Ortodoxa é chamada a elaborar o seu, nas áreas de maior contingente imigrante grego. (CUNHA, 2006,p.1243).

Já na Itália, Cunha afirma que o ensino religioso esteve presente nas escolas públicas desde antes da criação do Estado italiano unificado. Ainda hoje sua presença é bem marcante.

Em 1984, nova Concordata entre o Estado italiano e o Vaticano estabelecia que “os princípios do catolicismo fazem parte do patrimônio histórico do ovo italiano”, mas dizia que, em função da liberdade de consciência e da responsabilidade educacional dos pais, garantia-se a cada um o direito de escolher seguir ou não o ensino religioso católico nas escolas públicas. Para evitar interpretações que pudessem pôr em perigo a hegemonia do catolicismo, um acordo realizado no ano seguinte determinou que as classes de ensino religioso católico seriam oferecidas independentemente da demanda dos alunos ou de seus pais: duas horas por semana nas escolas maternas e primárias, uma hora por semana nos colégios e liceus. Ademais, todos os docentes de ensino religioso deveriam ser formados em instituições aprovadas pela Santa Sé e ter o nihil obstat do bispo da diocese onde cada escola se localiza. Uma lei de 2003 integrou os professores do ensino religioso (católico) nos quadros do funcionalismo do Estado. (CUNHA, 2006, p.1245)

Na Grã-Bretanha “O ensino religioso é obrigatório nas escolas públicas, prevendo-se a possibilidade de dispensa, sem que esteja prevista alguma atividade alternativa para os alunos que a requeiram. A lei da reforma educacional de 1988 diz que, na Grã-Bretanha, as tradições religiosas são

essencialmente cristãs, mas que se devem levar em conta outras religiões praticadas no país”. (CUNHA, 2006, p.1247)

Cunha diz que, nos Estados Unidos, a Constituição determina que as escolas públicas devam ser religiosamente neutras. Ou seja, não deve ter manifestação religiosa por parte dos professores e funcionários das escolas.

A primeira emenda à Constituição determina que “O Congresso não deve promulgar lei que favoreça a institucionalização de uma religião ou que interdite seu exercício”. Em consequência, apreço pública está interdita na escola, assim como a leitura da Bíblia nas cerimônias escolares, pois, mesmo no âmbito cristão, é sabido da diversidade da interpretação do seu texto. O ensino confessional não pode ser ministrado na escola, por pessoal interno nem externo. (CUNHA, 2006, P.1248)

Porém, os alunos têm liberdade para se manifestarem religiosamente nas escolas. Ao contrário, os professores são limitados a manifestarem seu credo, devem ser o mais neutro possível. A religião só pode penetrar sob a forma de história da religião, de estudo literário da Bíblia ou de estudo sociológico da religião como fenômeno cultural.

Já no Brasil, numa visão histórica há três modelos do Ensino Religioso: o catequético, o teológico e o das ciências. De acordo com Souza ainda encontramos hoje nas escolas brasileiras resquício desses três modelos. No entanto, atualmente de acordo com a Constituição de 1988, o Ensino Religioso deve ser de oferta obrigatória, mas a matrícula na disciplina é facultativa para o aluno.

TABELA 1- Modelos de Ensino Religioso

Modelos	Catequético	Teológico	Ciências da Religião
Cosmovisão	Unirreligiosa	Plurirreligiosa	Transreligiosa
Contexto Político	Aliança: Igreja-Estado	Sociedade Secular	Sociedade Secular
Fonte	Conteúdos doutrinários	Antropologia Teologia do pluralismo	Ciência da Religião

Método	Doutrinação	Indução	Indução
Afinidade	Escola Tradicional	Escola Nova	Epistemologia
Objetivo	Expansão das Igrejas	Formação religiosa do cidadão	Educação do cidadão
Responsabilidade	Confissões religiosas	Confissões Religiosas	Comunidade científica Estado
Riscos	Proselitismo Intolerância	Catequese disfarçada	Neutralidade científica

Fonte: (SOARES, 2009, p.9, cf. PASSOS, 2007, p.59,p.63,p.66 apud TOMAZ, 2012, p.57)

Segundo Souza, o modelo catequético tem objetivo de conversão de novos fiéis. Ou seja, ele difunde a sua doutrina para conquistar mais fiéis, e assim se expandir. Esse modelo foi o primeiro utilizado no Brasil pelos cristãos, e durou muito tempo, e permitiu que a educação ficasse responsável pela igreja.

catequético visa à formação de novos fiéis através da difusão de sua doutrina religiosa. O Ensino Religioso começou no Brasil como uma catequese que visava expandir a cristandade portuguesa para as 'terras de Santa Cruz'. Seus pressupostos são ontológicos, isto é, essencialistas, não históricos e tão pouco existenciais. (SOUZA, 2013, p.27)

Já o modelo das Ciências, é o mais atual. SOUZA afirma que partir dele o ER passa a ter uma autonomia como área do conhecimento. Esse modelo é o que consta em nossa legislação atual. No entanto, os outros modelos estão presentes de maneira indireta no cotidiano escolar, não há definição de apenas um deles.

Na perspectiva do modelo das Ciências da Religião, o Ensino Religioso assume sua autonomia como área do conhecimento e como saber com estatuto epistemológico e pedagógicos próprios. É conhecido também como modelo fenomenológico. Esse é o modelo assumido pela legislação brasileira para o Ensino Religioso. (SOUZA, 2013, P.30)

Ainda a respeito do modelo da Ciência, de acordo com sua proposta “o Ensino Religioso, a religião é uma produção histórica e sociocultural. Não parte da profissão de fé do educando nem do docente. Observa-se a religião como fenômeno humano, contando com o auxílio das diferentes ciências”. (SOUZA, 2013, P.30)

Junqueira já trás outros modelos de Ensino Religioso na história do Brasil. Ele cita três grandes modelos presente nas Constituições a respeito do Ensino Religioso. A primeira é a Confessional, presente na Lei n. 4024/61, que tem o objetivo de formar na fé de uma determinada religião ou filosofia de vida, sendo a autoridade confessional a responsável administrativamente.

O Ensino Religioso Confessional proporciona uma interpretação última e global da existência e apresenta um caminho a ser vivenciado. As aulas de Religião visam, sobretudo, o aspecto informativo da doutrina de forma sistemática, e são avaliadas através de provas e exames buscando a fixação do conteúdo. Quer garantir estrutura de cristandade, desejo herdado do período colonial. (JUNQUEIRA, 2008, p.18)

O segundo é a Inter-relacional presente na Lei n. 5692/71. De acordo com o autor é realizado com articulação de diferentes confissões cristãs e diversas tradições religiosas.

O referencial teórico é as ciências humanas, o eixo, a teologia. O texto utilizado em geral é a Bíblia, a partir de uma interpretação que favoreça o diálogo entre as diversas propostas religiosas. O Ensino Religioso interconfessional pressupõem identidade confessional dos alunos, conhecida e assumida por eles. A perspectiva é da manutenção de uma sociedade homogênea. Quando foram iniciadas as primeiras experiências inter- religiosas estabeleceu-se uma proposta “Teologia Comparada”, de maneira operacional através de um quadro histórico, com breves exposições sobre as concepções religiosas de cada uma das tradições estudadas. (JUNQUEIRA, 2008, P.18)

O último, o fenomenológico presente na Lei n. 9.475/97 do qual, segundo Junqueira afirma ter como referenciais todas as ciências humanas.

Compreendendo o Ensino Religioso “componente curricular contribuindo na formação do cidadão”. (JUNQUEIRA, 2008, p.18)

O ponto de partida é o fenômeno religioso presente na sociedade, como que a abertura do olho ao sentido fundamental de sua existência, seja qual for o modo como é percebido este sentido. Este estudo tem como referenciais todas as ciências humanas conjugadas com a fenomenologia religiosa, a antropologia religiosa e outras. Esse modelo compreende o Ensino Religioso como um componente curricular contribuindo na formação do cidadão, que, vivendo em uma sociedade pluralista, necessita saber dialogar nela e com ela. (JUNQUEIRA, 2008, P.18)

Na compreensão do Ensino Religioso como disciplina escolar, Junqueira afirma que deveríamos considerar duas áreas e conjunto, seria a Educação-Ensino (escola) e Religião (religiosidade).

Assim, o Ensino Religioso teve uma opção conceitual pelo fenômeno religioso, pois para desenvolver a compreensão como disciplina escolar deveria considerar duas áreas e conjunto, que este componente está envolvido: EDUCAÇÃO-ENSINO (escola) e RELIGIÃO (religiosidade), sendo que cada uma delas, é, na verdade, uma constelação de aspectos. (JUNQUEIRA, 2008, p.19)

Segundo o autor, a escola é um espaço determinante para a escolarização do Ensino Religioso. Nela estão presentes a sociedade local, as famílias dos alunos o sistema escolar e o corpo discente.

Diante deste quadro, o Ensino Religioso assume o papel de provocar junto a cada um dos componentes da comunidade educativa o questionamento sobre a própria existência de este ser humano participante destas intrincadas relações, assim como favorecer o conhecimento de diversas tradições religiosas responsáveis pela construção cultural do país. (JUNQUEIRA, 2008, P.19)

Em relação à segunda área, o Ensino Religioso e a religiosidade, Junqueira afirma que abrangem além da dimensão humana, as manifestações das tradições religiosas.

O que torna, portanto, “religioso” é a qualidade do questionamento, da atitude com que a enfrentamos. O Ensino Religioso quer contribuir no aspecto do Fenômeno Religioso, esta capacidade de ir além da superfície das coisas, acontecimentos, gestos, ritos, normas e

formulações, para interpretar toda a realidade, em profundidade crescente e atuar na sociedade de modo transformador e libertador. (JUNQUEIRA, 2008. p19)

A religião se encontra presente nos espaços escolares, e de maneira diversificada. Como vimos anteriormente, o ensino religioso perpassou na educação brasileira de maneiras diferentes de acordo com o contexto histórico de cada momento. Durante muito tempo, a religião por ter grande influência sobre o Estado foi colocada no ensino religioso de maneira doutrinária, para conquistar novos fiéis, no caso do modelo catequético. Por isso, a escola não pode ignorar a presença da religião nas salas de aula, o ensino religioso deve contribuir para que se garanta o respeito à essa diversidade religiosa, e a valorização da mesma.

CAPITULO II

ENSINO RELIGIOSO NA HISTÓRIA DO BRASIL

O Ensino Religioso teve configurações diferentes em cada momento histórico do Brasil. Vou utilizar os períodos citados por Costa, o período Colonial, o Brasil Império e o Período Republicano. Segundo o autor, o período Colonial brasileiro foi uma fase de impor ideias e valores, e era alicerçado por três importantes instituições: a Escola, a Igreja e a Sociedade política/econômica.

No período colonial brasileiro a educação estava alicerçada entre três esferas institucionais que eram: a Escola, a Igreja e a Sociedade política/econômica. Nesta fase os colonizadores queriam de qualquer forma impor suas ideias europeias, enquadrando assim, as pessoas aos valores sociais que eles defendiam como sendo bom para a sociedade, nesse período o Ensino Religioso se fundia e confundia com a corte.(COSTA, 2009. p.1,)

Além disso, Costa afirma que a evangelização e a catequese foram pontos importantes nesse período. O Ensino Religioso tinha como papel evangelizar e catequizar, principalmente os escravos. A educação pública deveria ser gratuita, laica e para todos, mas nesse momento “O Ensino Religioso se liga ao pensamento ideológico do Estado, que consistia em a burguesia tomar o lugar da hierarquia religiosa, e a educação passaria a ser pensada como ideal da classe dominante, com seus interesses e valores”. (COSTA, 2009.p.1)

Este fato demonstra muito bem que o projeto dos colonizadores portugueses era verdadeiramente conquistar os gentios à fé católica, para só assim mantê-los em um estado de submissão aos objetivos da coroa português, uma vez que se sabe que os jesuítas desembarcaram juntamente com os colonizadores portugueses, para aqui impor sua religião convertendo todos ao cristianismo. (COSTA, 2009.p.2)

No Brasil Império não houve tantas mudanças. Segundo Costa, a religião católica romana continuava sendo a religião oficial do império, logo o

Ensino Religioso ficou acobertado e submetido à metrópole como um aparelho ideológico. Isso porque, afirma Costa, a igreja tinha um extenso patrimônio econômico e cultural. O ensino religioso com a forma de catequese e evangelização permanece nesse período.

O período republicano é quando o ensino da religião católica romana entra em crise. Isso porque, segundo Costa, em 1891 surge um novo regime que pede a separação do Estado e da Igreja. “A partir desse fato, passa a vigorar a seguinte expressão: “Será leigo o Ensino ministrado nos estabelecimentos oficiais de ensino” (PCN: ER, 2004. P.14 apud COSTA, 2009.p, 2,)

Ou seja, a partir daquele momento o ensino religioso só poderia ser ministrado em estabelecimentos específicos. Costa afirma que essa ideia foi influenciada pelos ideais da liberdade religiosa, sendo intensificada pelos pioneiros da educação nova.

Com o texto declarando que o ensino será laico, acontece uma grande discussão em torno do assunto, diante da possibilidade de se excluir o ensino religioso no texto da Constituição de 1891, regendo a laicidade. A Igreja católica romana ainda continuava com sua atuação voltada para a prática proselitista da catequização dentro das escolas públicas brasileiras, essa fase se prolonga em todo percurso da história d educação brasileira, precisamente até os 400 anos da história. (COSTA, 2009.p, 3).

Através do decreto de 30 de abril de 1931 e também da Constituição de 1934, no artigo 153 fica definido que o ensino religioso deve ser facultativo aos educandos. Ainda hoje encontramos essa expressão em nossas leis vigentes.

O caráter facultativo da oferta do ensino religioso merece uma pequena reflexão. Ser facultativo é não ser obrigatório na medida em que não é um dever. O caráter facultativo caminha na direção de salvaguardas para não ofender o princípio da laicidade. O mesmo pode-se dizer da vedação de quaisquer formas de proselitismo e do fato de deixar a uma entidade civil multirreligiosa a definição de conteúdos. (CURY, 2004, p.189)

Ou seja, o caráter facultativo não diz respeito à oferta e sim ao livre-arbítrio, como diz Cury, de fazer ou não algo. O aluno tem o direito de participar ou não

das aulas de ensino religioso. Já a escola pública, tem o dever de ofertar tal disciplina.

Depois de obrigatório no Império e vedado nas primeiras décadas da República, o Ensino Religioso nas escolas públicas é um *carma* constitucional desde 1934. A Constituição de 1988 reeditou os termos gerais de suas quatro antecessoras, com a seguinte determinação: *O Ensino Religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.* (CUNHA, 2013, p, 929,)

Porém, mesmo o ensino religioso tendo estado presente nas escolas brasileiras há tanto tempo, e nas Constituições desde 1934, ainda hoje não encontramos uma padronização, nem diretrizes para nortear essa disciplina com relação à contratação de professores. Atualmente, não há necessidade de uma especialização para ministrar a matéria além da formação inicial do curso de pedagogia, o que torna os professores despreparados para o ensino religioso. Cunha afirma que a seleção dos professores, por exemplo, ocorre de maneira diferente dependendo dos sistemas educacionais.

Em alguns sistemas estaduais os professores são selecionados no interior do próprio quadro de docentes, noutros a responsabilidade da escolha (indicação ou credenciamento) é alienada em proveito das instituições religiosas interessadas. Prevalece a norma de que os professores sejam do quadro do magistério e portadores de licenciatura, mas, a partir daí, são grandes as diferenças entre os sistemas estaduais. (CUNHA, 2013, p.929)

- Normativos Nacionais

As leis, parâmetros e diretrizes que temos atualmente a respeito da educação falam do ensino religioso de maneira abrangente, no geral. Citam a respeito a sua obrigatoriedade na oferta e facultatividade ao educando. Além disso, falam sobre o incentivo ao respeito da diversidade, seja ela qual for, incluindo a religião.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (nº 9.394 de 1996), fala no art. 33 sobre a obrigatoriedade do ensino religioso, sua matrícula facultativa, a sua constituição como disciplina e assim devendo ser ministradas nos horários normais. Além disso, esclarece que a definição dos conteúdos será regulamentada pelo sistema de ensino, e deverão ser ouvidas as entidades civis constituídas por diferentes denominações religiosas.

Art. 33. O Ensino Religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

§ 1º Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores

§ 2º Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos de ensino religioso. (BRASIL,1996)

A LDB não diz efetivamente como o ensino religioso deve ser ministrado. Essa forma fica como responsabilidade dos sistemas de ensino não tem um padrão mínimo para as escolas públicas seguirem. Nem no que diz respeito aos conteúdos, tão pouco com em relação a seleção dos professores.

O Plano Nacional de Educação, aprovado em 2014, traça metas para educação com um prazo de dez anos para o seu cumprimento. Nele não há nenhuma referência ao ensino religioso, como também não aborda as questões ligadas a religião de forma geral.

Porém, apesar de não falar especificamente do ensino religioso, traz a questão da diversidade relacionada com as culturas afro-brasileiras e indígenas. Ou seja, de forma indireta há uma discussão a respeito da religião, uma vez que a história e as culturas afro-brasileira e indígenas estão ligadas a religião, no entanto não engloba todas as religiões. De acordo com o PNE, as escolas teriam, dentro do prazo de um ano, que garantir em seus currículos conteúdos a respeito da história e cultura afro-brasileira e indígenas.

art. 8º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas neste PNE, no prazo de 1 (um) ano contado da publicação desta Lei.

§ 1º Os entes federados estabelecerão nos respectivos planos de educação estratégias que:

II - considerem as necessidades específicas das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas, asseguradas a equidade educacional e a diversidade cultural. (BRASIL, 2010, p.5)

O PNE também prevê que os cursos de pedagogia devem ter sua qualidade melhorada com objetivo de permitir aos graduandos obter qualificações necessárias ensinar a respeito das relações étnico-raciais e da diversidade, além de outros. Ou seja, apesar de não haver uma formação específica para a disciplina de ensino religioso, há previsto a qualificação no curso de graduação de pedagogia para as relações étnico-raciais e para as diferenças, que estão relacionadas com a religião.

13.4) promover a melhoria da qualidade dos cursos de pedagogia e licenciaturas, por meio da aplicação de instrumento próprio de avaliação aprovado pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES, integrando-os às demandas e necessidades das redes de educação básica, de modo a permitir aos graduandos a aquisição das qualificações necessárias a conduzir o processo pedagógico de seus futuros alunos (as), combinando formação geral e específica com a prática didática, além da educação para as relações étnico-raciais, a diversidade e as necessidades das pessoas com deficiência. (BRASIL, 2010, p.43).

Outro documento interessante para analisarmos como o ensino religioso é tratado são os Parâmetros Curriculares Nacionais, se constitui como uma referência para o ensino fundamental. É dividido por matérias, e mesmo servindo como uma diretriz ele não possui caráter obrigatório. Além disso, todos os profissionais da educação podem ter acesso, tendo a possibilidade de se atualizar, orientar, agregar conhecimento.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais constituem um referencial de qualidade para a educação no Ensino Fundamental em todo o País. Sua função é orientar e garantir a coerência dos investimentos no sistema educacional. Socializando discussões, pesquisas e recomendações, subsidiando a participação de técnicos e professores brasileiros, principalmente daqueles que se encontram mais isolados, com menor contato com a produção pedagógica atual. (BRASIL, Parâmetros Curriculares, 1997, p. 10).

Importante ressaltar, que as propostas dos Parâmetros Curriculares Nacionais não são normas fechadas. São propostas flexíveis, que devem ser adaptadas de acordo com cada região, para que assim possam ser respeitadas as diversidades locais.

Por sua natureza, configuram uma proposta flexível, a ser concretizada nas decisões regionais e locais sobre currículos e sobre programas de transformação da realidade educacional empreendidos pelas autoridades governamentais, pelas escolas e pelos

professores. Não configuram, portanto, um modelo curricular homogêneo e impositivo, que se sobreporia à competência político-executiva dos Estados e Municípios, à diversidade sociocultural das diferentes regiões do País ou à autonomia de professores e equipes pedagógicas. (BRASIL, Parâmetros Curriculares, 1997, p.10)

Os Parâmetros Curriculares Nacionais são divididos em duas partes, a primeira de 1ª a 4ª série e a segunda de 5ª a 8ª série. A primeira parte é dividida em 10 volumes (Introdução aos PCNs, Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais, História e Geografia, Arte, Educação Física, Temas Transversais- Apresentação, Ética-, Meio Ambiente e Saúde, Pluralidade Cultural e Orientação Sexual). A segunda parte também dividida em 10 volumes apresentando de diferente o volume da Língua Estrangeira. Tanto a primeira parte como a segunda, não apresentam um volume para o Ensino Religioso assim como fazem com as outras disciplinas da Língua Portuguesa e matemática, por exemplo. E aqui devemos lembrar que o ER aparece definido nas leis como disciplina obrigatória, como na LDB.

Art.33. O ensino religioso, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, sendo oferecido, sem ônus para os cofres públicos, de acordo com as preferências manifestadas pelos alunos ou por seus responsáveis, em caráter: (BRASIL, 1996).

Na introdução aos PCNs, quando se fala do respeito à diversidade aparece uma discussão sobre a diversidade cultural, incluindo a religião. Ao decorrer da problemática não cita o termo ensino religioso, mas cita a religião, afirmando que as propostas do sistema educacional devem se organizar de maneira que se respeitem as diversidades, dentre as citadas a religião.

O conjunto das proposições aqui expressas responde à necessidade de referências a partir dos quais o sistema educacional do País se organize, a fim de garantir que, respeitadas as diversidades culturais, regionais, étnicas, religiosas e políticas que atravessam uma sociedade múltipla, estratificada e complexa, a educação possa atuar, decisivamente, no processo de construção da cidadania, tendo como meta o ideal de uma crescente igualdade de direitos entre os cidadãos, baseado nos princípios democráticos. Essa igualdade implica necessariamente o acesso à totalidade dos bens públicos, entre os quais o conjunto dos conhecimentos socialmente relevantes. (BRASIL, 1997, p.10)

No volume sobre a pluralidade cultural o termo ensino religioso aparece em cena. Nesse momento se discute sobre a necessidade de se dar atenção a essa disciplina, respeitando a liberdade de cada indivíduo de escolher sua própria religião. Deixando de maneira clara, que não existe um volume para a disciplina de ensino religioso, como há para matemática por exemplo. Nesse parágrafo dos PCN's encontramos o termo ensino religioso, o que não vimos anteriormente. Sendo assim, no volume sobre pluralidade cultural há um reconhecimento a respeito da importância da disciplina de ensino religioso num viés cultural, mas ainda assim não há orientações para essa disciplina.

O ensino religioso nas escolas públicas é assunto que exige atenção. Tema vinculado, em termos de direito, à liberdade de consciência e de crença, a presença plural das religiões no Brasil constitui-se fator de possibilidade de escolha. Ao indivíduo é dado o direito de ter religião, quando criança, por decisão de seus pais, ou, quando adulto, por escolha pessoal; de mudar de religião, por determinação voluntária ao longo da vida, sem restrições de ordem civil, de ter e de não ter religião, como opção consciente o que caracteriza, portanto, a inserção social do cidadão, desse ponto de vista, é o respeito, a abertura e a liberdade. (BRASIL, 1997, p.30)

Para além, traz uma discussão a respeito da laicidade do Estado. Afirma que ela propicia essa pluralidade, e impede a colocação de rótulos para os cidadãos. A escola pública é uma representação do Estado, devendo dessa maneira ser laica. Dessa maneira ela não deve doutrinar ou assumir determinada postura religiosa. Na verdade, deve propiciar um ambiente onde todos possam manifestar sua religião sem gerar rótulos ou preconceito, mas valorizando a diversidade.

De fato, a configuração laica do Estado é propiciadora dessa pluralidade, no plano social e se caracteriza por ser impeditiva de rótulos, no plano do cidadão. Ou seja, não há uma predeterminação que vincule compulsoriamente etnias e religiões, origem de nascimento e percursos de vida. (BRASIL, 1997, p.31)

A escola então deve ser um ambiente democrático, devendo assegurar, além do respeito à diversidade, também a liberdade e os direitos fundamentais da pessoa humana. O educando tem o direito de escolher qual

religião seguir, e tem direito de expressá-la e ser respeitado, assim como deve respeitar a religião expressada pelos outros educandos.

É nesse sentido que se define a postura laica da escola pública como imperativo no cumprimento do dever do Estado referente ao estabelecimento pleno de uma educação democrática, voltada para o aprimoramento e a consolidação de liberdades e direitos fundamentais da pessoa humana. (BRASIL, 1997, p. 31)

Os PCNs de 5ª a 8ª série, assim como o de 1ª a 4ª não possuem um volume destinando ao ensino religioso. Também encontramos discussões a respeito da importância de promover o respeito e a valorização da diversidade cultural, inclusive a religião. Portanto, mais uma vez não há orientações que possam nortear o trabalho do professor da disciplina de ensino religioso.

Mesmo trazendo o ensino religioso de maneira específica em uma parte, nota-se que não há como citado em seus objetivos, propostas para essa disciplina. O profissional da educação não encontrará nos PCNs orientações ou recomendações para um modelo curricular na disciplina de ER. As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica estabelecem uma base nacional comum. Ela é responsável por nortear a organização, o desenvolvimento, a avaliação das propostas pedagógicas, dentre outros.

Nesta publicação, estão reunidas as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica. São estas diretrizes que estabelecem a base nacional comum, responsável por orientar a organização, articulação, o desenvolvimento e a avaliação das propostas pedagógicas de todas as redes de ensino brasileiras. (BRASIL, 2013, p.6) ver essa citação

Além disso, as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica visam sistematizar os princípios e diretrizes que dispõem a Constituição, a LDB e outros dispositivos legais, colocando-os no formato de orientação. Também, estimular reflexões para a formulação, execução e avaliação do Projeto Político Pedagógico, e orientar cursos de formação inicial e continuada dos profissionais de educação.

Por outro lado, a necessidade de definição de Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica está posta pela emergência da atualização das políticas educacionais que consubstanciem o direito de todo brasileiro à formação humana e

cidadã e à formação profissional, na vivência e convivência em ambiente educativo. Têm estas Diretrizes por objetivo:

I-sistematizar os princípios e diretrizes gerais da Educação Básica contidos na Constituição, na LDB e demais dispositivos legais, traduzindo-os em orientações que contribuam para assegurar a formação básica comum nacional, tendo como foco os sujeitos que dão vida ao currículo e à escola;

II-estimular a reflexão crítica e propositiva que deve subsidiar a formulação, execução e avaliação do projeto político-pedagógico da escola de Educação Básica;

III-orientar os cursos de formação inicial e continuada de profissionais- docentes, técnicos, funcionários- da Educação Básica, os sistemas educativos dos diferentes entes federados e as escolas que os integram, indistintamente da rede a que pertencam. (BRASIL, 2013,p.9,)

Dessa maneira as Diretrizes Curriculares Nacionais estabelece bases comuns nacionais para a educação básica. Isso de forma que integram ao seu currículo nas três etapas da educação básica.

Nesse sentido, as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica visam estabelecer bases comuns nacionais para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, bem como para as modalidades com que podem se apresentar, a partir das quais os sistemas federal, estaduais, distrital e municipais, por suas competências próprias e complementares, formularão as suas orientações assegurando a integração curricular das três etapas sequentes desse nível da escolarização, essencialmente para compor um todo orgânico. (BRASIL p.10, 2013)

As DCNs não falam do ensino religioso como uma disciplina na escola pública em geral, assim como os anteriores ela cita sobre o respeito a diversidade religiosa. Dá uma ênfase maior quando fala da Educação Escolar Quilombola.

O currículo da Educação Escolar Quilombola deverá considerar também as questões da liberdade religiosa, atuando de forma a superar preconceitos em relação às práticas religiosas e culturas das comunidades quilombolas, quer sejam religiões de matriz africana. (BRASIL p. 463, 2013).

Ao falar sobre a importância de se respeitar a origem religiosa na Educação Escolar Quilombola, é citado a respeito de denúncias de violência religiosa nesses locais. Isso ocorre não só nesse tipo de escola, e surge do preconceito existente entre os próprios profissionais da educação.

Cabe nesse aspecto um destaque: durante audiências públicas realizadas pelo CNE, foram inúmeras as situações em que os presentes fizeram denúncias de violência religiosa nas escolas quilombolas e nas escolas que atendem estudantes oriundos de territórios quilombolas. Geralmente, tais situações se apresentam nos casos de polarização e tensão entre grupos religiosos de determinadas vertentes cristãs e neopentecostais e os de matriz afro-brasileira. (BRASIL p.463, 2013).

Além disso, também entra na discussão a respeito dos princípios da Educação em Direitos Humanos. Discute a respeito da laicidade do Estado, o que constitui uma condição para a liberdade de crença, devendo ser respeitada a crença ou não crença de cada indivíduo.

Laicidade do Estado: Esse princípio se constitui em pré-condição para a liberdade de crença garantida pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, e pela Constituição Federal de 1988. Respeitando todas as crenças religiosas, assim como as não crenças, o Estado deve manter-se imparcial diante dos conflitos e disputas do campo religioso, desde que não atendem contra os direitos fundamentais da pessoa humana, fazendo valer a soberania popular em matéria de política e de cultura. O Estado, portanto, deve assegurar o respeito à diversidade cultural religiosa do País, sem praticar qualquer forma de proselitismo. (BRASIL, 2013, p. 522,)

Partindo da definição acima da laicidade do Estado, se faz pertinente reforçarmos a importância do cumprimento desse princípio nas escolas públicas brasileiras. A escola pública deve ser um ambiente laico, ou seja, nesse espaço deve-se respeitar todas as crenças religiosas, e também as não crenças. Os funcionários das escolas públicas devem ter uma postura neutra, de maneira que não influenciem ou discriminem qualquer aluno em razão da sua crença, devendo trabalhar em favor da valorização da diversidade.

No mundo real, há crenças dominantes e dominadas, que dividem os alunos ao invés de os unir. Os filhos de não crentes são discriminados até mais que os dos adeptos de religiões minoritárias. Não bastasse isso, a religião ocupa recursos humanos e materiais que fazem falta à escola pública. E enseja a disputa de corações e mentes infante juvenis na ciência deste mundo, ou seja, imanente. A importância dessa distinção é bem sabida pelos professores de Biologia ao tratarem da evolução das espécies! (CUNHA, 2013, P.935)

De acordo com Cunha, a religião por estar presente no cotidiano, e fazer parte de um senso comum, não recebe seu devido valor. Situações que demonstram um quebra com a laicidade não é percebida por ser comum. Porém, quando sai da normalidade, por exemplo, religiões de origem africanas, já nota-se de maneira negativa, surgem preconceitos e rótulos.

Ao contrário do que acontece nas grandes democracias representativas, a religião parece tão natural, nas escolas públicas do

Brasil, que muita gente- inclusive gente estudada, especialista em educação- nem presta atenção nela. Uma simples visita pode mostrar a presença generalizada da religião: os nomes das escolas, nichos com imagens de santos, crucifixos, cartazes com trechos bíblicos, orações no início das reuniões dos professores, antes das aulas e da merenda. Presença religiosa cristã bem entendido. Apesar da liberdade de crença determinada pela Constituição, valor democrático compartilhado por grande parte da população brasileira, os adeptos das religiões afro-brasileiras e de religiões minoritárias, os agnósticos e os ateus parecem aos professores e alunos filiados aos credos dominantes como seres exóticos, frequentemente alvo de chacotas e de estigmas violentos. (CUNHA, 2013, P.936)

Cunha afirma que essa situação pode ser verificada através do questionário da Prova Brasil. Nela 55 mil diretores de escola pública do Ensino Fundamental responderam um questionário a respeito da presença da religião nas escolas.

As respostas de 55 mil diretores de escola pública no Ensino Fundamental aos questionários de 2011 da Prova Brasil dão uma ideia aproximada da situação. A presença da religião no dia a dia das escolas públicas foi admitida por mais da metade dos diretores: 51% deles disseram que em suas escolas “há costume de se fazer oração ou cantar músicas religiosas (na entrada, antes do lanche, etc.)”. A maioria dos diretores (66%) disse que suas escolas oferecem o Ensino Religioso, sendo que praticamente a metade destes reconhece que obriga os alunos a frequentá-las (49%), em flagrante transgressão da Constituição e da LDB. Um dado preocupante para os interessados na prática sobre a existência de “atividades alternativas para os estudantes que não queiram participar das aulas de Ensino Religioso”. A maioria dos que as oferecem (79%) respondeu negativamente. Disciplina reconhecida facultatória pelos diretores das escolas públicas? (CUNHA, 2013, P.936)

Como vimos nesse trabalho, o Ensino Religioso pode contribuir positivamente para a educação, se bem trabalhada. Isso principalmente, nos atentando para a realidade da nossa sociedade, onde as diferenças estão em maior evidência, e o discurso de respeito e tolerância se faz cada vez mais necessário. Além disso, temos uma grande necessidade da valorização das culturas diversificadas. Todas essas diferenças e necessidades estão presentes nas escolas, essa valorização e respeito das diferenças necessitam ser trabalhadas. Se torna necessário, dessa maneira, que os profissionais da educação sejam qualificados para essa oferta.

- Normativos no Distrito Federal

Já na ótica dos normativos que norteiam o ensino do DF, o Projeto Político Pedagógico do Distrito Federal orienta e traz diretrizes para as escolas públicas do Distrito Federal. Dessa maneira, as escolas públicas do DF devem utilizá-lo como um norte para desenvolver seus PPPs e outros trabalhos.

Este Projeto Político- Pedagógico (PPP) é uma ferramenta de planejamento, orientação e construção de diretrizes para a rede pública de ensino do Distrito Federal e como tal, requer que as políticas e ações propostas sejam referência para o trabalho desenvolvido para todas as instâncias. (DISTRITO FEDERAL, 2011, p.9) .

Além de orientações e diretrizes, esse documento trás uma concepção de pedagogia. Ele se baseia na formação integral, na sustentabilidade humana, e ações que busquem uma educação de qualidade social para os cidadãos do Distrito Federal.

Cabe-nos esclarecer que optamos pelo termo PPP por acreditar que neste documento estão expostas, para além de diretrizes pedagógicas ou operacionais, a nossa concepção de educação compromissada com a formação integral do educando, a sustentabilidade humana como princípio das políticas públicas que se propõe efetivar, enfim, nossas opções de ação pedagógica e política frente aos desafios que devem ser transpostos na busca de uma educação com qualidade social para a população do Distrito Federal. (DISTRITO FEDERAL, 2011, p.9)

Em seus objetivos estão presentes aspectos relacionados, não especificamente, ao Ensino Religioso. Refere-se a formação de uma cultura de respeito valorizando a diversidade. Ou seja, visa “assegurar processos participativos e democráticos que contribuam para a formação de uma cultura de respeito á dignidade humana, valorizando a diversidade”. (DISTRITO FEDERAL, 2011, p.27)

Também trás uma discussão a respeito da formação continuada e da valorização dos profissionais da educação. Como já discutimos no capítulo anterior, é importante que o profissional da educação seja capacitado, e para, além disso, seja valorizado, isso reflete de maneira direta em seu trabalho.

É necessário, pois, considerando as determinações geradas pela diversidade de contextos de atuação, avança na proposta de fortalecimento das carreiras da educação, evidenciando uma formação inicial e continuada de qualidade, de acordo com as demandas sociais e a valorização dos profissionais. (DISTRITO FEDERAL, 2011, p. 28).

No capítulo sobre Educação em Diversidade, novamente, é citado de maneira indireta o ensino religioso. Discute-se a respeito da diversidade cultural. Porém, surge um novo elemento, uma definição sustentada pela Unesco e respaldada na Declaração Universal sobre Diversidade Cultural. Ele trata a diversidade cultural como um patrimônio comum da humanidade.

O conceito de diversidade cultural é sustentado pela Unesco e respaldado por sua Declaração Universal sobre Diversidade Cultural, de 02 de novembro de 2001, que considera essa diversidade como “o patrimônio comum da humanidade e que deve ser reconhecida e consolidada em benefício das gerações futuras” (UNESCO, 2002, art.1)

A partir daí define-se a diversidade como um conjunto de atitudes referentes às diferenças. A origem dessa diversidade pode ser várias, gênero, orientação sexual, etc. E aqui indiretamente entra o ensino religioso, isso porque a religião entre como uma dessas origens.

A diversidade constitui-se como um conjunto heterogêneo e dinâmico de concepções e atitudes relativas às diferenças, sejam elas de origem étnico racial, de gênero, de orientação sexual, religiosa, das condições físicas e/ou mentais de cada indivíduo ou do pertencimento aos vários contextos socioculturais. Trata-se, portanto, de realidade complexa, resultante de fatores objetivos e subjetivos relacionados aos sujeitos e às interações produzidos nas relações sociais. (DISTRITO FEDERAL, 2011, p.55).

Para trabalhar com essa temática da diversidade, no Distrito Federal, foi criada a Coordenação de Educação em Diversidade (CEDIV). Essa coordenação visa a inclusão e permanência daqueles que foram historicamente excluídos.

Para o trabalho com a temática da diversidade, foi constituída a Coordenação de Educação em Diversidade (CEDIV) cujo objetivo geral é promover a inclusão e a permanência educacional de grupos sociais historicamente excluídos, por meio da execução das políticas educacionais voltadas ao respeito e à aceitação das diferenças. (DISTRITO FEDERAL, 2011, p.55.)

Ao falar sobre os objetivos do currículo o ensino religioso é citado de forma específica. O objetivo é orientar pedagogicamente a implementação do componente curricular do ensino religioso, respeitando a diversidade cultural e religiosa. A responsabilidade da execução desse objetivo seria do Grupo de trabalho de ensino religioso e professores coordenadores da GREB (Gerência de Educação Básica).

Objetivo: Orientar pedagogicamente a implementação do componente curricular ensino religioso enquanto parte integrante da formação básica do cidadão, de forma a respeitar a diversidade cultural e religiosa do Brasil, nas escolas de Educação Básica da rede pública de ensino da SEDF.

Publico: Estudantes e profissionais que atuam na educação básica.

Responsável: Grupo de trabalho de Ensino Religioso/ professores coordenadores de Gerência de Educação Básica- GREB (DISTRITO FEDERAL, 2011, p. 134,)

O Currículo em Movimento da Educação Básica visa garantir principalmente a qualidade da educação do Distrito Federal. Ele aborda e combate as fragilidades e desafios que a educação básica do DF enfrenta.

Esse Currículo em Movimento intenta enfrentar as fragilidades que as escolas públicas do Distrito Federal vêm apresentando. Procura, especialmente, romper com as barreiras sociais, políticas, econômicas e culturais que segregam unidades escolares e distorcem as possibilidades de aprendizagem dos estudantes. (DISTRITO FEDERAL, 2013, p. 4.)

O Decreto nº 26.129 de 2005 do Distrito Federal regulamenta o Ensino Religioso. O define como disciplina obrigatória e de matrícula facultativa, assim como a LDB, também sobre a fixação dos conteúdos de ER pela Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal. E sobre a seleção dos professores de ensino religioso.

Art. 1º O Ensino Religioso, de matrícula facultativa, é parte integrada da formação básica do cidadão ...

Parágrafo único. Os conteúdos de Ensino Religioso serão fixados pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, com a colaboração dos professores que ministram a disciplina, ouvidas as entidades religiosas e credenciadas.

Art. 2º Os professores de Ensino Religioso serão selecionados, entre os pertencentes ao Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

Parágrafo único. Os professores de que trata o caput deste artigo deverão atuar voluntariamente no Ensino Religioso.

Art.3º A Secretaria de Educação, por intermédio da EAPE, responsabilizar-se-á pela formação dos professores de Ensino Religioso.

§ 2º Na hipótese de não haver professores do Quadro de Pessoal para atender à demanda de alunos, poderão ser convidados voluntários da comunidade, desde que apresentem condições para ministrar Ensino Religioso e. (DISTRITO FEDERAL, Lei nº 2.230, Decreto nº26. 129, 2005).

Dentre tantas legislações, parâmetro e diretrizes, percebe-se que falta uma atenção ao Ensino Religioso. Poucos citam especificamente essa disciplina, e quando citam não dão orientações concretas aos profissionais de educação. Porém, praticamente todos falam da importância do respeito a diversidade, o que deixa claro a importância de se pensar a respeito do ER.

CAPITULO III

ENSINO RELIGIOSO NOS PROJETOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS DAS ESCOLAS PESQUISADAS

Nesse último capítulo serão analisados dois Projetos Políticos Pedagógicos e através deles será analisada a visão das respectivas escolas a respeito do Ensino Religioso. As duas escolas são de Ensino Fundamental, já que é nessa modalidade em que há a obrigatoriedade de oferta do Ensino Religioso. Foi escolhida uma escola de uma Região Administrativa e outra de Brasília.

Escolhi analisar o projeto político-pedagógico das escolas porque ele é a base para todo planejamento pedagógico da escola. De acordo com Veiga, é através do projeto político-pedagógico que as escolas definem sua identidade cultura, como se define a religião, suas finalidades, e suas ações pedagógicas. Por isso, de acordo com a autora, a construção do PPP deve apresentar os seguintes elementos básicos: finalidade da escola, estrutura organizacional, currículo, tempo escolar, processo de decisão, relações de trabalho e avaliação.

O objetivo desse trabalho é analisar como o Ensino Religioso é apresentado no PPP das duas escolas, se há influência de alguma religião predominante. Dessa maneira, não irei verificar a qualidade do projeto político-pedagógico de cada escola, se foi construída de maneira certa ou errada, ficarei restrito a abordagem do ER através deles.

A primeira escola escolhida foi o Centro de atenção Integral à criança e ao adolescente- Carlos Castello Branco, chamada de Caic. Está localizada no Gama, uma região administrativa do Distrito Federal. De acordo com seu projeto político-pedagógico essa escola atende mais de 700 alunos distribuídos em turmas de maternal e séries iniciais do Ensino Fundamental. Os alunos matriculados no Caic são de origem carente e a escola enfrenta problemas relacionados, principalmente com a dificuldade de respeito um com o outro e de valorização do ambiente escolar. Também é destacado o baixo índice de participação dos responsáveis na vida escolar dos alunos.

A missão da escola Caic, de acordo com seu PPP, é “educar para valorização da cultura, proporcionando às crianças pertencentes aos diferentes grupos sociais o acesso ao saber de qualidade e um saber para a via” (CAIC-, 2010, p.5). Em várias partes do seu projeto político-pedagógico encontramos o reforço dessa missão, enfatizando sobre a importância de se valorizar as diferenças e promover o respeito um com o outro.

Ainda afirma em seu PPP que as crianças desde pequenas têm contato com as diferenças, porém apresentam dificuldades de respeitá-las. Então é nesse momento que a escola deve intervir, de maneira a auxiliar as crianças na compreensão da noção de igualdade, demonstrando, sobretudo que mesmo com a singularidade de cada um, permanecem todas iguais como seres humanos em seus direitos fundamentais. Por isso, optaram por fazer um trabalho em que cada aluno conheça seus direitos e que também os direitos dos seus colegas, de forma que percebam que são comuns aos seus.

O objetivo geral proposto no projeto político-pedagógico volta a citar a respeito do conhecimento dos direitos e deveres de todos que fazem parte do ambiente escolar, e assim alcançar mudanças de atitudes para o respeito e resgate de valores.

Contribuir para a construção plena de um ambiente educacional saudável e democrático proporcionando ao corpo docente e discente bem como os demais membros da comunidade escolar, o conhecimento de seus direitos e deveres, que estão embasados nos documentos oficiais, formando assim cidadãos conscientes e atuantes na sociedade em que vivem; o que implicará a mudança de atitudes onde o respeito e o resgate de valores são eixos norteadores desta própria. (CAIC, 2010, p.15).

Dentre os objetivos específicos que podemos relacionar com a nossa temática estão quatro:

- 1- Propiciar a interação e ambientes sociais valorizando as diferenças e a não discriminação;
- 2- Conscientizar o educando da importância do respeito às diversidades no âmbito escolar e na sociedade;
- 3- Promover festas e eventos com a participação de todos os segmentos da escola para a conscientização cultural, ética e moral, respeitando as diversidades socioculturais da comunidade escolar.
- 4- Ser uma instituição de qualidade respeitando as diferenças individuais. (CAIC, 2010, p.15)

Percebe-se nos objetivos acima o interesse da escola em promover o respeito às diferenças. Para isso uma das estratégias abordadas para o alcance desses objetivos é além de trabalhar direitos e deveres de todos, a elaboração de festas e eventos com a participação de todos, inclusive da comunidade.

Dos projetos de ação da escola, apenas dois estão relacionados indiretamente com o Ensino Religioso. São eles a festa junina e o natal. Relacionamos ao ER de maneira indireta porque são festas religiosas, porém não constituem em nos PPPs como parte da disciplina de ensino religioso. Elas aparecem mais como uma questão cultural, e não doutrinária, mas trazem a religião cristã consigo, por mais que na maioria das vezes sejam tratadas de maneira apenas festiva.

O projeto da festa junina se chama Arraiá da Cidadania. De acordo com o projeto político-pedagógico o objetivo dessa festa é promover uma socialização entre os envolvidos no ambiente escolar e assim oportunizar a cidadania e a reflexão a respeito dos valores indispensáveis à vida. Para isso, a escola irá trabalhar os valores na organização do evento, além de realizar apresentações com danças e dramatizações à fim de despertar à valorização das diversidades culturais.

Já o projeto da festa de natal ganha o nome de Natal Solidário. O PPP afirma que o objetivo é proporcionar o reconhecimento do verdadeiro sentido do natal, de maneira que sejam incentivadas a paz e a solidariedade. Aqui ao falar a respeito do verdadeiro sentido do natal podemos interpretar que a escola irá trabalhar com a festa em seu sentido religioso, uma vez que é na religião que encontramos sua origem. No entanto, é preciso ter cuidado com a forma de se trabalhar, já que não se pode impor uma religião ao aluno, principalmente levando em consideração de que não são todos os alunos daquela instituição que são cristãos.

Nesse projeto do Natal solidário será promovida uma campanha solidária de distribuição de cestas básicas e brinquedos por todos envolvidos no ambiente escolar. As arrecadações serão doadas para pessoas carentes da própria comunidade. Assim, além de outros, será ensinado o dever de amar e respeitar o seu próximo independente de sua condição social ou cultural.

A segunda escola que teve seu PPP analisado foi a Escola Classe 308 Sul, localizada em Brasília. Apesar de sua localização ela reúne alunos que moram não só em Brasília, mas como nas demais regiões administrativas. Isso porque muitos dos alunos vêm com os pais que trabalham nas redondezas. Dessa maneira a escola possui uma diversidade de alunos tanto social como cultural.

Na apresentação do seu projeto político-pedagógico afirma que tem como objetivo maior preparar os alunos para a vida, nas suas diferentes dimensões para que se tornem capazes de participar e agir no contexto no qual estão inseridos, sem preconceitos sociais.

Ao falar a respeito da missão da escola encontramos trechos no qual há uma predominância a respeito da valorização da diversidade, do trabalho com a cidadania e valores, do fortalecimento dos vínculos familiares e de solidariedade humana, assim como a tolerância recíproca em uma sociedade. Abaixo seguem os pontos do qual podemos relacionar com o Ensino Religioso, presente na missão dessa escola:

- 1-Atender os alunos respeitando suas diversidades, oportunizando o crescimento pessoal e de sua família;
- 2-Trabalhar a cidadania e os valores, fortalecer os vínculos da família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social;
- 3-Demonstrar que em uma sociedade a convivência harmônica é extremamente importante, porém todos devem ser ativos e críticos;
- 4-Trabalhar as diferenças. (Escola Classe 308 Sul, 2014, p.11).

No projeto político-pedagógico da escola são citados princípios no qual o ensino ministrado deverá ter como base. Dentre eles está a liberdade de aprender, de ensinar e divulgar além da cultura, o pensamento, a arte e o saber. Também o respeito a liberdade e a valorização da tolerância.

Assim como na escola anterior também há nesse PPP projetos elaborados a partir da festa junina e do natal. A festa junina já é tida como uma tradição na escola, os responsáveis veem esse projeto com carinho. A cada ano são escolhidos temas dos quais os alunos devem fazer atividades e também pesquisas sobre festa junina. Dentre os objetivos propostos para esse projeto estará enriquecendo o conhecimento dos alunos com relação aos costumes típicos da festa junina, conhecer a diversidade dessa festa nas várias

regiões do Brasil, também valorizar o trabalho do homem no campo e seus costumes, compreender a história das festas relacionadas ao folclore brasileiro, dando destaque a aspectos culturais, sociais e religiosos, além de perceber a importância do trabalho coletivo.

O projeto da festa de natal se chama Natal solidário, nesse projeto a escola busca trabalhar a solidariedade, resgatar atitudes de cooperação, responsabilidade, participação, sensibilidade além de incentivar o trabalho coletivo. Sendo assim, a escola busca para além de uma ação apenas assistencialista, e sim desenvolver dentro do seu ambiente, atitudes de solidariedade, amor e respeito ao próximo. Nesse projeto os alunos devem doar alimentos não perecíveis e produtos de limpeza e higiene, que serão depositas em caixas presentes nas salas de cada turma. Ao final desse projeto, as doações serão entregues a um representante de uma instituição na escola, durante a festa de natal, com a presença dos alunos. Seguem alguns objetivos desse projeto.

- desenvolver junto aos alunos, pais e professores os valores essenciais como a solidariedade, principalmente nesta época do ano, quando o natal se aproxima;
 - transmitir conceitos de solidariedade e cooperação;
 - possibilitar o respeito à diversidade;
 - incentivar o trabalho coletivo; despertar a participação da comunidade num objetivo comum;
 - resgatar atitudes de cooperação, responsabilidade, mostrando que é possível o nascer e o florescer da paz que habita o interior de cada um de nós.
- (Escola Classe 308 Sul, 2014, p.69).

Como vimos os dois projetos políticos-pedagógicos mesmo pertencendo escolas com perfis diferentes apresentam semelhanças. As duas escolas falam a respeito da valorização da diferença, do respeito ao próximo, do desenvolvimento da solidariedade. Isso reflete o momento vivenciado atualmente em nossa sociedade, onde as diferenças estão cada vez mais aparentes, e a necessidade do respeito também.

Os projetos da festa junina e do natal também são bem parecidos. Porém devemos estar atentos ao fato dessas festas terem um cunho religioso. Tanto a festa junina quanto a festa de natal são celebrações cristãs. Não estou defendendo que as escolas não devam celebrar tais datas. Porém, essa é uma característica presente na maioria das escolas públicas do Distrito Federal,

todas as celebrações são cristãs. Já que estamos levando para as escolas festas cristãs, deveríamos levar também festas de outras religiões. Dessa maneira sim, estaríamos valorizando diferentes culturas e não só a cultura cristã. Seria uma maneira de mostrar diferentes culturas, dando a oportunidade para todos os alunos mostrarem a sua cultura, uma vez os alunos não são todos cristãos. Isso ocorre pela herança colonial, onde predominava o modelo catequético. Devemos superar essa herança, e inserir nas escolas as diversas culturas religiosas, para assim valorizarmos a diversidade, e educarmos para o respeito à diferença.

Nenhum dos projetos políticos-pedagógicos trouxe a temática do Ensino Religioso. No entanto, muitos dos projetos e objetivos presentes nos dois PPPs se utilizarem da temática do ER terão muitos benefícios, como vimos nos capítulos anteriores. Principalmente na dimensão ética e da cidadania

Retomando Souza, como já vimos ele afirma que as religiões possuem uma força ética que podem contribuir para a formação de uma cultura de paz e tolerância entre os seres humanos. Vimos acima que os projetos políticos-pedagógicos enfatizam em seus objetivos essa formação de cultura de paz e tolerância. A escola CAIC inclusive relata que suas principais dificuldades tem relação com a falta de respeito um com o outro. Assim, percebe-se que o ER se bem utilizado pode ser um parceiro para atingir a esses objetivos.

A força ética das religiões pode contribuir para a formação de uma cultura de paz e tolerância entre os seres humanos. O Ensino Religioso, como disciplina escolar, pode promover o respeito entre as pessoas, fomentando a convivência harmoniosa entre pessoas que possuem convicções religiosas diferenciadas. (SOUZA, 2013, p.26)

No projeto político pedagógico da segunda escola, Escola Classe 308 Sul, fala a respeito de educar os alunos para a vida, de se conscientizar sobre a importância de uma convivência harmônica na sociedade. Mais uma vez, o Ensino Religioso pode ser aliado, de acordo com Veiga, como vimos no primeiro capítulo, afirma que o estudo da religião se torna uma via indispensável na educação para uma convivência universal.

O estudo da religião se torna uma via indispensável na tarefa urgente de educar para a convivência universal, e mais, para a sobrevivência humana e ecológica em tempos de crise planetária. O conhecimento das alteridades religiosas é um objetivo educacional sem o qual não se podem conhecer verdadeiramente as particularidades e a totalidade que compõem nossa vida sempre mais globalizada e, com maior razão, a lógica religiosa inerente a muitos conflitos mundiais em franco curso ou, clinicamente, anunciados por certos blocos de poder. (PASSOS, 2007, p.125 *apud* SOUZA, 2013, p. 32).

Dessa maneira o Ensino Religioso, já que é de oferta obrigatória, pode e deve ser utilizado nos projetos focados no respeito à diferença e na valorização da cultura. Reforçando que seria interessante trabalhar além das festas cristãs, trazer de outras religiões para a valorização de culturas diferentes.

Toda a proposta para o trabalho realizado no Ensino Religioso está baseada no respeito à diferença. O outro é sempre o diferente; sua história é diferente. Sua vida e o modo de enxergá-la é diverso. Suas manifestações culturais são diferentes e, se, pré, muito bonitas, se pensadas na prerrogativa da diferença cultural. Assim, sua religiosidade se manifesta diferentemente e isto não deveria ser motivo de surpresa. Esta é a razão que justifica um Ensino Religioso que se pauta pela perspectiva da ciência da religião. (MENEGETTI, 2002, P.53 *apud* SOUZA, 2006, p.33).

Após as análises dos dois projetos políticos pedagógicos das escolas públicas, verificou-se que não há referência a respeito da disciplina de ensino religioso, assim também, como não há estratégias específicas para as outras disciplinas. Porém, notou-se que as necessidades apontadas pelas duas escolas, podem ser resolvidas através de estratégias que envolvam o ensino religioso. Além, da influência do catolicismo nas festas elaboradas pelas escolas, podendo ser utilizadas festas que valorizem outras culturas étnico-raciais, para assim promover o respeito pela diversidade, como consta nos objetivos das duas escolas públicas do DF das quais foram analisados os PPP's.

Considerações finais

O presente trabalho versa sobre o ensino religioso no Brasil, problematizando e fazendo uma breve análise sobre essa temática nos documentos referencias para a educação básica no país. O ensino religioso que muitas vezes é ensinado ou praticado de forma equivocada ou dogmática, gerando mais desconforto para os alunos que têm crenças e religiões distintas. Esse desconforto se dá por causa de um pensamento muitas vezes preconceituoso que **vem** por anos e anos, sendo disseminado por falta do não conhecimento e nem abertura para culturas desconhecidas da sua sociedade e realidade. A escola por meio do seu projeto político pedagógico pode vir a mudar ou tentar mudar a realidade enfrentada, promovendo a paz, o respeito e o diálogo entre os alunos, que consequentemente levarão para suas famílias, assim desenvolvendo o diálogo e respeito na sociedade. O ambiente escolar é o local ideal para conversar e dialogar ideias referentes ao tema, por tanto não pode ocorrer um despreparo do educador, pois se o aluno não se sentir a vontade para dialogar opiniões diferentes na sala de aula, ele não vai contribuir para isso. O educador deve incentivar e contribuir para o dialogo dentre de sala de aula.

Para concluir, não podemos esquecer que esse trabalho é muito difícil para o educador, pois ele deve deixar de lado suas convicções e crenças pessoais para lidar com várias formas e pensamentos diferentes do seu, muitas vezes pensamentos que vão de encontro ao que ele acredita, sem contar com a pressão da comunidade escolar, principalmente dos pais dos alunos para lidar com eles acreditam. Esse trabalho deve ser feito diariamente sempre respeitando o educando com suas crenças e da sua família.

PERSPECTIVAS FUTURAS -

Tive a oportunidade de fazer duas graduações simultaneamente, direito e pedagogia. São dois cursos bem diferentes e ao mesmo tempo se completam. A princípio tive dificuldade no curso de pedagogia, porque por influência do direito não conseguia analisar as coisas fora do que estava escrito nas leis.

Essa visão mudou com o curso de pedagogia, quando em um debate com uma professora ela me disse que as leis são formadas por homens. Foi quando percebi que muitas coisas acontecem fora daquilo que está escrito nas leis, e que é necessário ter um olhar para esse contexto. Por isso, brinco que a pedagogia me com um “olhar mais humano”.

No entanto, não penso em largar o direito, também não quero largar a pedagogia. Quero encontrar uma maneira de trabalhar utilizando as duas graduações, com a esperança de que com a união das duas possa contribuir para a sociedade de maneira significativa.

Ainda não concluí o curso de direito, por isso quero dedicar o próximo ano a esse objetivo. Ficarei focado na graduação de direito para que possa concluí-la e assim poder trabalhar na área junto com a pedagogia.

Por enquanto, não tenho intenção de dar aulas para crianças. Durante o estágio obrigatório tive oportunidade de dar aula para crianças. Foi uma experiência muito construtiva. O retorno das crianças foi muito bom, mas não me sentia a vontade. Fiquei muito tenso todo o tempo, e percebi que não ficaria bem fazendo carreira como professor para crianças.

Também tive oportunidade de dar aula no EJA. Aqui, foi diferente do que com as crianças, gostei muito. Os alunos elogiaram o meu trabalho e disseram que gostariam muito de me ter como professor. Fiquei muito satisfeito, e penso em dar aula para adultos. Percebi que os professores de EJA na maioria das vezes não acreditam na capacidade dos alunos, e não trabalham no contexto da realidade deles. Fiz diferente, e dei uma aula valorizando o saber de cada um deles, o que rendeu um ótimo resultado. Mas, não penso em seguir carreira somente como professor de EJA, penso em ter duas profissões e essa seria uma delas.

Concluo a graduação de pedagogia com satisfação, e com a sensação de que através dela me tornei uma pessoa melhor. Por enquanto, não penso em fazer mestrado, pois estou com foco de terminar a graduação de direito. Mas penso em voltar para a universidade de Brasília quando tiver mais tempo.

Referências

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. LDB – Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional da Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. 562p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=12992>. Acesso em: 04 dez.2014

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais : introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1997.126p. Disponível em : <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>>. Acesso em: 25 nov.2014

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais : pluralidade cultural, orientação sexual / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1997.164p. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro101.pdf>>. Acesso em: 25 nov.2014

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais : terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais /Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1998.174p. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf>>. Acesso em: 25 nov.2014

COSTA, Antonio Max Ferreira da. **Um breve Histórico do Ensino Religioso na Educação Brasileira**. 2009. Disponível em: <<http://www.cchla.ufrn.br/humanidades2009/Anais/GT07/7.4.pdf>>. Acesso em: 01 ago. 2014

CUNHA, Luiz Antônio. **O Sistema Nacional de Educação e o ensino religioso nas escolas públicas**. Educação e Sociedade, vol34, num. 124, Julio-septiembre, 2013, pp. 925-941 Centro de Estudos Educação e Sociedade. Campinas, Brasil. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87328534014>>. Acesso em: 01 ago. 2014

CUNHA, Luiz Antônio. **Ensino Religioso nas Escolas Públicas: A propósito de um seminário internacional**. Educ. Soc, Campinas, vol 27, n. 97, p. 1235-1256, set./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 01 ago. 2014

CURRY, Carlos Roberto Cury Jamil. **Ensino religioso na escola pública: o retorno de uma polêmica recorrente**. Revista Brasileira de Educação, núm. 27, set-out-nov-dez, 2004, pp. 183-191, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação Brasil. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n27/n27a12.pdf>>. Acesso em: 01 ago.2014

GONSALVES, Elisa Pereira Conversa sobre iniciação à pesquisa científica/ Elisa Pereira Gonsalves. Campinas, SP: Editora Alínea, 2011 (5ª edição).

JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. **Ensino Religioso na Perspectiva do Espaço Escolar**. INTERAÇÕES - Cultura e Comunidade / v. 4 n.5 / p. 245-256 / 2009. Disponível em: <http://www.est.edu.br/downloads/pdfs/bibliografias/exame_de_selecao_ppg_2013_02/JUNQUE>

IRA,%20Sergio.%20Ensino%20religioso%20na%20perspectiva%20da%20escola.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2014

Fazer a referência correta. Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação (PNE 2011/2020) : projeto em tramitação no Congresso Nacional / PL no 8.035 / 2010 / organização: Márcia Abreu e Marcos Cordioli. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.106 p. – (Série ação parlamentar ; n. 436). Disponível em:

<http://www.unb.br/administracao/decanatos/dex/formularios/Documentos%20normativos/DEX/projeto_de_lei_do_plano_nacional_de_educacao_pne_2011_2020.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2014 O PNE não é mais projeto de lei.

DISTRITO FEDERAL, Secretaria de Estado do Distrito Federal. Currículo em Movimento da Educação Básica. Disponível em: <<http://www.se.df.gov.br/materiais-pedagogicos/curriculoemmovimento.html>>. Acesso em: 04 dez.2014 FAZER A CORREÇÃO

Secretaria de Estado do Distrito Federal. Proposta Pedagógica: CAIC- Carlos Castello Branco. Brasília/DF: SEEDF, 2010.

Secretaria de Estado do Distrito Federal. Proposta Pedagógica: Escola Classe 308 Sul. Brasília/DF: SEEDF, 2014.

SOARES, 2009, p.9, cf. PASSOS, 2007, p.59,p.63,p.66 apud TOMAZ, 2012, p.57.

SOUZA, Rodrigo Augusto de. **Novas Perspectivas Para o Ensino Religioso, A Educação para a Convivência e a Paz**. Revista Reflexão e Ação, Santa Cruz do Sul, v.21, n.1, p.25-49, jan./jun.2013. Disponível em: <<http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/viewFile/3207/2910>>. Acesso em: 01 ago. 2014.

VEIGA,Ilma Passos A.(Org.). Projeto político- pedagógico da escola: uma construção possível. 29.ed. São Paulo/SP: Papirus, 2011. 192p.